



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

UNIDADE ORÇAMENTARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PERIODO DE REFERENCIA: 5º BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023.

O Controle Interno do Município de São José da Boa Vista foi criado pela Lei Municipal 647/2007, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência. Este último mandamento – eficiência vem recebendo uma atenção especial, no tocante à avaliação dos resultados de gestão.

Todos os Programas de trabalho executados no exercício de 2023 foram devidamente criados no PPA e autorizados na LDO.

Em relação à criação de condições para eficácia do Controle Externo, o Controle Interno atendeu prontamente, vez que, com o efeito pedagógico de suas orientações, acabou por facilitar o cumprimento das Instruções Normativas e Sumulares dos egrégios Tribunais de Contas do Estado e da União.

Em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, podemos dizer que estas foram criadas através de Lei Municipal 1.050/2022, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023.

Para a confecção e posterior análise dos gráficos de receitas e despesas serão levados em conta os seguintes parâmetros:

RECEITAS		
Descrição	Valor	%
Valor anual previsto (1)	R\$ 27.059.950,00	100%
Valor mensal previsto (2 = 1 : 12)	R\$ 2.254.995,83	8,33%
Valor bimestral previsto (3 = 2 x 2)	R\$ 4.509.991,67	16,66%

DESPESAS		
Descrição	Valor	%
Valor anual previsto (4)	R\$ 25.165.753,00	100%
Valor mensal previsto (5 = 1 : 12)	R\$ 2.097.146,08	8,33%
Valor bimestral previsto (6 = 2 x 2)	R\$ 4.194.292,17	16,66%



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal 1.051/2022 (Lei Orçamentária Anual) determinou a previsão anual para as receitas e despesas do exercício de 2023, ficando estabelecidas das seguintes formas:

	Previsto/ Fixado	Realizado até o 5º bim.	Percentual realizado
Receitas	27.059.950,00	27.088.997,46	100,11%
Despesas	25.165.753,00	27.727.692,03	110,18 %

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro - Sistema de contabilidade Beta

Existe uma diferença entre o valor previsto da receita para a despesa de R\$ 1.894.197,00, que se refere a valor previsto para atender as despesas do Poder Legislativo Municipal.

Verifica-se que durante o período, foi empenhada a importância de R\$ 27.727.692,03 e a receita arrecadada foi de R\$ 27.088.997,46 apresentando um déficit orçamentário de R\$ -638.694,57.

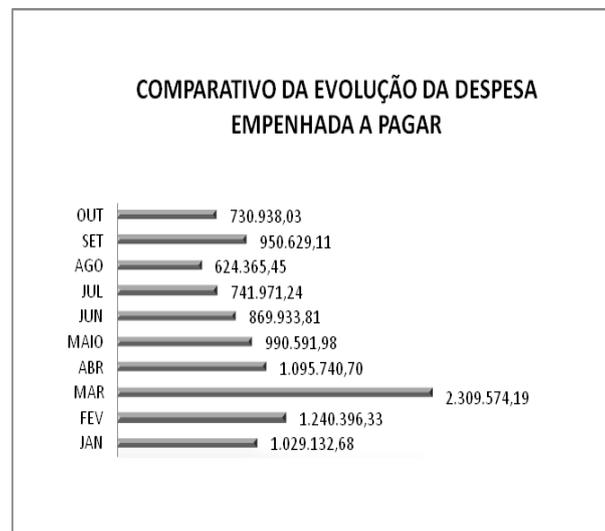
Do valor empenhado de R\$ 27.727.692,03 , no final do período restou valor R\$ 730.938,03 como Despesa Empenhada a Pagar.

Com a finalidade de um acompanhamento mais efetivo da evolução Despesa Empenhada a Pagar.

QUADRO 1 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



Verifica-se que em relação ao valor total da despesa fixada pela Lei Municipal nº 1.051/2022– LOA. O montante da despesa empenhada a pagar até o mês de **outubro** representa 2,90% do total orçado para o ano.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR POR ÓRGÃO/UNIDADE.

ORGÃO/ UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	%
02.001	GABINETE DO PREFEITO	6.835,42	0,94%
02.002	CONTROLE INTERNO	1.088,51	0,15%
02.003	COMDEC/FUNDEC - DEFESA CIVIL	0,00	0,00%
02.005	PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	8.582,13	1,17%
02.006	SEGURANÇA PÚBLICA	49.721,02	6,80%
03.001	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	19.410,69	2,66%
04.001	DIVISÃO DE FINANÇAS	8.822,38	1,21%
05.001	DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	8.549,35	1,17%
05.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	145.086,67	19,85%
05.004	DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	10.900,26	1,49%
05.005	DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	4.536,92	0,62%
05.006	FMHAB- DIVISÃO DE HABITAÇÃO	49,90	0,01%
06.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	164.179,08	22,46%
06.002	DIVISÃO DE CULTURA	58.643,86	8,02%
06.003	DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	1.484,58	0,20%
07.001	DIVISÃO DE SAUDE	199.799,12	27,33%
07.002	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	49,90	0,01%
08.001	DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	145,83	0,02%



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

08.002	DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	3.285,65	0,45%
09.001	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	1.079,79	0,15%
09.002	DIVISÃO DE TURISMO	0,00	0,00%
10.001	DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	24.305,96	3,33%
10.002	DIV. PROJETOS AO IDOSO ,DEFIC. E MULHER	2.681,00	0,37%
11.001	DIV. DE FOMENTO A INDUS. E COM.	11.700,01	1,60%
99.099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%
Total		730.938,03	100,00%

Fontes de dados: Relação de Empenhos (Desk) - Sistema de contabilidade Beta

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR POR RUBRICAS.

RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00%
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS	0,00	0,00%
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES	0,00	0,00%
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	0,00	0,00%
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	254.452,81	34,81%
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE DIVIDAS POR CTT	0,00	0,00%
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00%
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00%
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PÚBLICO	1.757,96	0,24%
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS	2.052,58	0,28%
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	147.654,04	20,20%
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PF	20.512,61	2,81%
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	223.181,10	30,53%
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00%
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00%
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	0,00	0,00%
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00%
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	81.326,93	11,13%
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	0,00	0,00%
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIV. CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00%
TOTAL		730.938,03	100,00%

Fontes de dados: Relação de Empenhos (Desk) - Sistema de contabilidade Beta



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Outro ponto a ser observado na execução orçamentária passa pelo acompanhamento do superávit ou déficit orçamentário, para tal, através do relatório “Balanço Orçamentário – Anexo 12” obtêm-se os dados para a confecção do quadro “Evolução da Realização Orçamentária” .

QUADRO 4 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Demonstração do Resultado Orçamentário

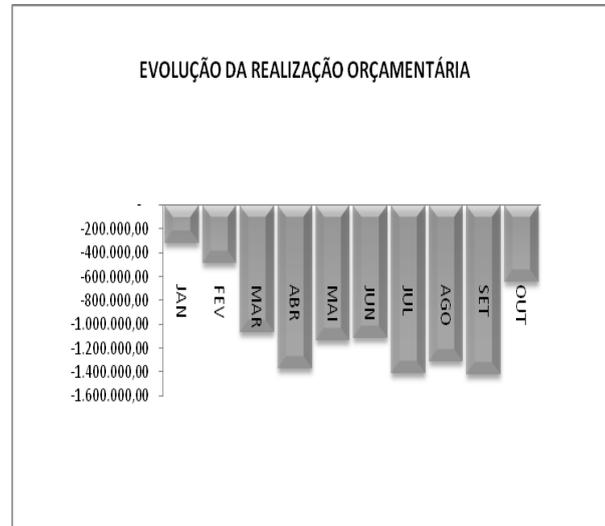
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	26.919.250,00	26.919.250,00	26.717.463,74	-201.786,26
RECEITAS DE CAPITAL	140.700,00	140.700,00	371.533,72	230.833,72
SUBTOTAL RECEITAS	27.059.950,00	27.059.950,00	27.088.997,46	29.047,46
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.198.454,02	31.542.603,52	26.405.815,39	5.136.788,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.696.699,48	2.204.300,26	1.321.876,64	882.423,62
RESERVA CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0,00	270.599,50
SUBTOTAL DESPESAS	25.165.753,00	34.017.503,28	27.727.692,03	6.289.811,25
DÉFICIT			- 638.694,57	

Fontes de dados: Anexo 12 – Balanço Orçamentário - Sistema de contabilidade Betha

	JAN	FEV	MAR	ABR
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 316.712,24	- 489.410,66	- 1.066.804,78	- 1.372.047,13
	MAIO	JUN	JUL	AGO
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 1.137.312,15	- 1.117.503,31	- 1.414.372,21	1.307.143,71
	SET	OUT		
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 1.419.541,14	- 638.694,57		



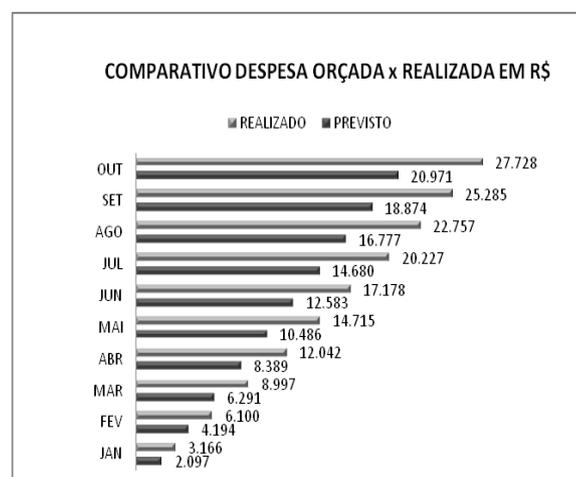
RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



QUADRO 2 - COMPARATIVO MENSAL DAS DESPESAS ORÇADAS x REALIZADAS – Valores x 1.000 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÕES).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
PREVISTO	2.097	4.194	6.291	8.389	10.486	12.583
REALIZADO	3.166	6.100	8.997	12.042	14.715	17.178
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PREVISTO	14.680	16.777	18.874	20.971	23.069	25.166
REALIZADO	20.227	22.757	25.285	27.728		

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro - Sistema de contabilidade Betha.





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



ANALISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO DESPESA	DESPESA EXECUTADA	27.727.692,03	1,10%
	DESPESA FIXADA	25.165.753,00	

O indice encontrado indica que, até o periodo foi executado 110,00% das despesas fixadas pela LOA.

ANALISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA – ORÇADO + CRÉDITO SUPLEMENTAR

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO DESPESA	DESPESA EXECUTADA	27.727.692,03	0,82
	DESPESA FIXADA + CRÉD. SUPLEMENTAR	31.537.992,64	

O indice encontrado indica que, até o periodo foi executado 82% das despesas fixadas pela LOA + créditos suplementares.

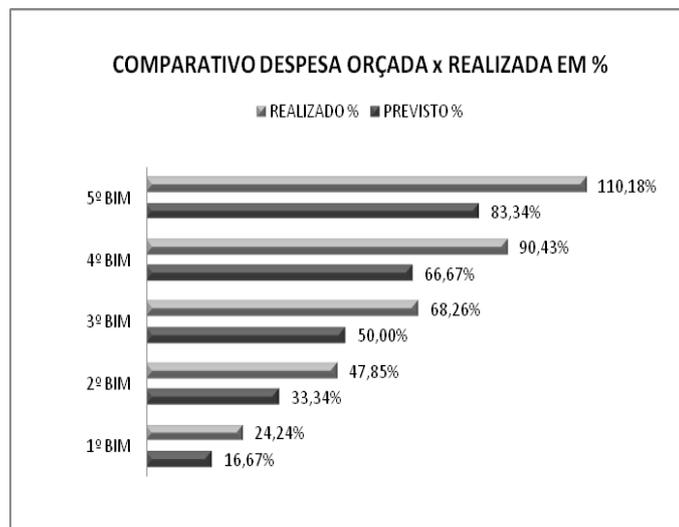
QUADRO 3 - COMPARATIVO MENSAL DAS RECEITAS ORÇADAS x REALIZADAS – Valores x 1.000 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÕES).



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
PREVISTO	2.255	4.510	6.765	9.020	11.275	13.530
REALIZADO	2.849	5.611	7.930	10.670	13.578	16.060
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PREVISTO	15.785	18.040	20.295	22.550	24.805	27.060
REALIZADO	18.813	21.449	23.865	27.089		

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro - Sistema de contabilidade Beta





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



ANALISE DA EXECUÇÃO DA RECEITA

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO RECEITA	RECEITA EXECUTADA	27.088.997,46	1,00
	RECEITA PREVISTA	27.059.950,00	

O índice encontrado indica que, até o período foi executado 100,00% das receitas fixadas pela LOA.

QUADRO 4 – DEMONSTRATIVO DO DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Autorizada R\$	Autorizada R\$ - Atual	Realizada até o mês	% Bimestre/ mês	% Ano em relação ao total do orçamento	% Ano em relação ao total do departamento
GABINETE DO PREFEITO	481.151,11	570.800,00	395.692,46	1,43%	1,16%	69,32%
CONTROLE INTERNO	106.000,00	98.000,00	72.420,70	0,26%	0,21%	73,90%
COMDEC/FUNDEC -DEFESA CIVIL	22.000,00	18.000,00	905,36	0,00%	0,00%	5,03%
OUVIDORIA	12.500,00	8.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	326.000,00	333.800,00	319.340,26	1,15%	0,94%	95,67%
SEGURANÇA PUBLICA	132.500,00	487.500,00	446.467,88	1,61%	1,31%	91,58%
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	1.945.801,17	2.368.761,00	1.822.028,57	6,57%	5,36%	76,92%
DIVISÃO DE FINANÇAS	835.500,00	887.300,00	827.863,10	2,99%	2,43%	93,30%
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	855.000,00	722.870,00	222.931,61	0,80%	0,66%	30,84%
DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	1.123.399,48	2.410.034,18	2.277.892,43	8,22%	6,70%	94,52%
DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	1.532.083,50	1.831.214,70	1.300.875,62	4,69%	3,82%	71,04%
DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	628.000,00	830.785,00	728.534,62	2,63%	2,14%	87,69%
FMHAB - DIVISÃO DE HABITAÇÃO	110.000,00	96.500,00	10.260,72	0,04%	0,03%	10,63%
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	7.018.400,00	8.977.347,00	7.416.348,02	26,75%	21,80%	82,61%
DIVISÃO DE CULTURA	145.500,00	311.806,01	171.460,69	0,62%	0,50%	54,99%
DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	284.000,00	232.000,00	129.318,95	0,47%	0,38%	55,74%
DIVISÃO DE SAUDE	6.378.768,89	10.082.490,71	8.930.737,23	32,21%	26,25%	88,58%
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	127.500,00	127.670,00	15.586,87	0,06%	0,05%	12,21%
DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	203.000,00	482.653,77	447.840,68	1,62%	1,32%	92,79%
DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	262.000,00	237.000,00	200.853,08	0,72%	0,59%	84,75%
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	610.749,35	499.500,00	317.251,80	1,14%	0,93%	63,51%
DIVISÃO DE TURISMO	61.500,00	36.500,00	353,92	0,00%	0,00%	0,97%
DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	1.257.800,00	1.612.812,31	1.326.066,31	4,78%	3,90%	82,22%
DIV. PROJ. AO IDOSO, DEFIC. E MULHER	306.000,00	335.359,10	208.851,14	0,75%	0,61%	62,28%
DIV. INDUS. E COMÉRCIO	130.000,00	147.700,00	137.810,01	0,50%	0,41%	93,30%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	25.165.753,00	34.017.503,28	27.727.692,03	100,00%	81,51%	

Fontes de dados: Balancete da Despesa (Execução c/ anulações). - Sistema de contabilidade Betha

Para análise deste quadro, utilizar-se do seguinte parâmetro:

-No campo “ % Bimestre ” o valor percentual apresentado esta em relação ao total “realizado até o mês”.

-No campo “ % Ano ” o valor percentual apresentado esta em relação ao total “Autorizado em R\$”.

* Do valor fixado para as Despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1051/2022 R\$ 25.165.753,00 para o total “Autorizado em R\$ - Atual” deste quadro no valor de R\$ 34.017.503,28, existe uma diferença de R\$ 8.851.750,28. Resultando da abertura de créditos adicionais suplementares onde R\$



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

5.321.009,26 é proveniente de Excesso de Arrecadação e R\$ 3.530.741,02 de Superávit Financeiro apresentado no exercício anterior apurado no Balanço Patrimonial.

QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
Títulos	Autorizada R\$	Saldo da unidade no 5º bimestre	Diferença	Excesso de arrecadação	Superávit financeiro	Operações de crédito
GABINETE DO PREFEITO	481.151,11	570.800,00	89.648,89	41.800,00	0,00	0,00
CONTROLE INTERNO	106.000,00	98.000,00	-8.000,00	0,00	0,00	0,00
COMDEC/FUNDEC -DEFESA CIVIL	22.000,00	18.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00
OUVIDORIA	12.500,00	8.500,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	326.000,00	333.800,00	7.800,00	9.800,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	132.500,00	487.500,00	355.000,00	47.000,00	120.000,00	0,00
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	1.945.801,17	2.368.761,00	422.959,83	18.911,00	148.500,00	0,00
DIVISÃO DE FINANÇAS	835.500,00	887.300,00	51.800,00	31.000,00	20.000,00	0,00
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	855.000,00	722.870,00	-132.130,00	0,00	11.370,00	0,00
DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	1.123.399,48	2.410.034,18	1.286.634,70	188.100,00	940.634,18	0,00
DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	1.532.083,50	1.831.214,70	299.131,20	34.220,50	260.910,70	0,00
DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	628.000,00	830.785,00	202.785,00	76.650,00	108.135,00	0,00
FMHAB - DIVISÃO DE HABITAÇÃO	110.000,00	96.500,00	-13.500,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	7.018.400,00	8.977.347,00	1.958.947,00	1.357.291,00	633.656,00	0,00
DIVISÃO DE CULTURA	145.500,00	311.806,01	166.306,01	156.306,01	5.000,00	0,00
DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	284.000,00	232.000,00	-52.000,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE SAUDE	6.378.768,89	10.082.490,71	3.703.721,82	2.776.307,11	1.131.263,60	0,00
DIVISÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	127.500,00	127.670,00	170,00	0,00	170,00	0,00
DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	203.000,00	482.653,77	279.653,77	272.331,36	27.322,41	0,00
DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	262.000,00	237.000,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	610.749,35	499.500,00	-111.249,35	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE TURISMO	61.500,00	36.500,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00
DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	1.257.800,00	1.612.812,31	355.012,31	292.072,28	62.940,03	0,00
DIV. PROJ. AO IDOSO, DEFIC. E MULHER	306.000,00	335.359,10	29.359,10	1.220,00	28.139,10	0,00



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

DIV. INDUS. E COMÉRCIO	130.000,00	147.700,00	17.700,00	18.000,00	32.700,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.165.753,00	34.017.503,28	8.851.750,28	5.321.009,26	3.530.741,02	0,00

Fontes de dados: THEO - Relação de Alterações Orçamentárias. - Sistema de contabilidade Beta.

Os créditos suplementares e especiais obedeceram ao previsto no § 8º do art. 165, c/c art. 167, VI, ambos da Constituição Federal, as solicitações de alterações orçamentárias foram compatíveis com os conceitos, definições, limites e vedações estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Orgânica do Município, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e em todos os atos complementares pertinentes a matéria orçamentária que se encontrar em vigor.

QUADRO 6 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR RUBRICA

RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	215.998,54	0,78%
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS	242.221,77	0,87%
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES	128.639,39	0,46%
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	11.821.267,74	42,63%
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.534.642,94	9,14%
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE DIVIDAS POR CTT	0,00	0,00%
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	270.052,55	0,97%
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00%
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PÚBLICO	411.699,69	1,48%
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS	96.105,25	0,35%
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.523.147,50	12,71%
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PF	498.689,29	1,80%
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	6.381.014,98	23,01%
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	277.964,22	1,00%
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.371,53	0,02%
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00%
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	0,00	0,00%
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	587.392,37	2,12%
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	734.484,27	2,65%
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	0,00	0,00%



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIV. CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00%
TOTAL		27.727.692,03	100,00%

Fontes de dados: Relação de Empenhos (DESK) - Sistema de contabilidade Betha.

ANALISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RECEITA ARRECADADA	27.088.997,46	0,98
	DESPESA EXECUTADA	27.727.692,03	

O índice encontrado indica que no período a receita arrecadada foi 2% inferior as despesas executadas. Resultando em um déficit orçamentário.

GESTÃO FINANCEIRA

QUADRO 7 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Demonstração do Resultado Financeiro

(+) RECEITAS CORRENTES (A)	26.717.463,74
(+) RECEITAS DE CAPITAL (B)	371.533,72
(+) TRANSF. FINANCEIRA (C)	0,00
(-) DESPESAS CORRENTES (D)	-26.405.815,39
(-) DESPESAS DE CAPITAL (E)	-1.321.876,64
638(-) TRANSF. FINANCEIRA (F)	-1.578.497,50
= RESULTADO FINANCEIRO	-2.217.192,07

Fontes de dados: Anexo 13 – Balanço Financeiro. - Sistema de contabilidade Betha.
Nota explicativa: 1

	JAN	FEV	MAR	ABR
Superávit/Déficit - ACUMULADO	-474.561,99	-805.110,16	- 1.460.354,03	- 2.003.446,13
	MAIO	JUN	JUL	AGO
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 1.926.560,90	- 2.064.601,81	-2.519.320,46	- 2.569.941,71
	SET	OUT	NOV	DEZ
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 2.840.188,89	- 2.217.192,07		



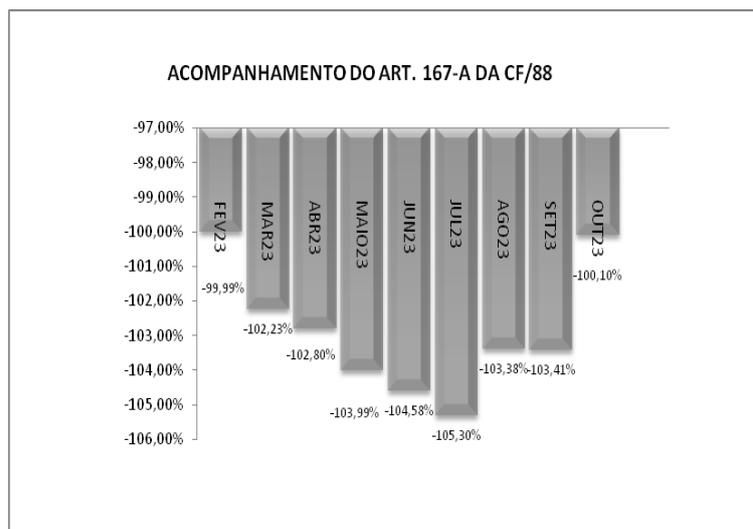
RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



QUADRO 8 – COMPARATIVO DO ACOMPANHAMENTO DO ART. 167-A DA CF/88.

ACOMPANHAMENTO PERCENTUAL DO ART. 167-A DA CF/88							
MAR232	ABR23	MAIO23	JUN23	JUL23	AGO23	SET23	OUT23
102,23%	102,80%	103,99%	104,58%	105,30%	103,38%	103,41%	100,10%

Fontes de dados: Anexo 13 – Balanço Financeiro. - Sistema de contabilidade Beta.





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Em relação ao que dispõe o art. 167-a da Constituição Federal de 1988, tem-se que apurado no período de 12 meses, a relação entre Despesas Corrente e Receitas Correntes devem resultar em um índice percentual menor que 95%. Entretanto o índice apresentado no período em análise encontra-se em 100,10% extrapolando-o.

Assim fica **facultado** ao Poder Executivo aplicar os mecanismos de ajuste fiscal de vedação da:

- “I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;
- II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
 - a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
 - b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;
 - c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e
 - d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;
- V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;
- VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;
- VII - criação de despesa obrigatória;
- VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;
- IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;
- X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.”



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Em relação aos recursos financeiros verificou-se no período o seguinte: os recursos disponíveis são da ordem de R\$ 6.110.495,45 sendo, R\$ 6.109.657,51 nas contas movimento e R\$ 837,94 na conta caixa.

O Controle Interno conferiu os ditames contidos no art. 42 da LC 101/00. Vejamos:

Das disponibilidades Financeiras:

1) Saldo em Disponibilidade:		
Caixa	R\$	837,94
Bancos (Contas Movimento)	R\$	6.109.657,51
SOMA	R\$	6.110.495,45

2) Restos a Pagar Exercícios Anteriores:		
Despesas Processadas	R\$	0,03
Despesas Não Processadas	R\$	46.494,89
SOMA	R\$	46.494,92

3) Restos a Pagar Inscritos:		
Despesas Processadas	R\$	507.803,72
Despesas Não Processadas (não liquidadas)	R\$	35.118,46
SOMA	R\$	542.922,18

4) Demais Obrigações Financeiras:		
Valores restituíveis	R\$	194.654,07

Disponibilidade de caixa – restos a pagar (1-2-3-4)	R\$	5.326.424,28
--	------------	---------------------

Fontes de dados: Balancete de Verificação – Sistema de contabilidade Beta

APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

A apuração da receita corrente líquida observará o entendimento adotado pelo Acórdão nº 1.509/2006, do Colegiado Pleno do Tribunal de Contas do Paraná, metodologia pela qual são excluídos da base às receitas provenientes de transferências voluntárias, os recursos do Sistema Único de Saúde, as receitas de compensações financeiras e os repasses do Salário-Educação/FNDE. Bem como pelo Acórdão nº 870/07 pelo qual será expurgado o valor dos Royalties do calculo da Receita Corrente Líquida. E a IN 174/2022 do Tribunal de Contas do Paraná.

QUADRO 9 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 11/2023 a 10/2023	
Receita Realizada nos últimos 12 meses	
DESCRIÇÃO	TOTAL
RECEITA CORRENTE	37.454.844,38
DEDUÇÕES	4.903.034,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.551.809,47

Fontes de dados: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – TCE-Pr

GESTÃO PATRIMONIAL

Uma rubrica que vem recebendo atenção do Controle Interno é a Dívida Ativa Tributária , que no encerramento do período analisado totalizou R\$ 1.159.932,43. Com o intuito de arrecadar os valores inscritos em Dívida Ativa a Procuradoria tem enviado os processos para execução judicial.

Fontes de dados: Balancete de Verificação – Dívida Ativa Tributária. - Sistema de contabilidade Betha.

LIQUIDEZ CORRENTE

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE	9.05.755,34	13,70
	PASSIVO CIRCULANTE	657.396,64	

Fontes de dados: Balanço Patrimonial – Anexo 14 - Sistema de contabilidade Betha.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Este índice demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, esta Prefeitura dispõe de R\$ 13,70 em ativos de curto prazo disponíveis para cobrir quitação no período.

Indicando que esta prefeitura possui capacidade de cumprir suas obrigações de curto prazo, como pagamento de salários, fornecedores e serviços públicos.

DEMAIS VERIFICAÇÕES

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, BEM COMO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

QUADRO 10 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DO INDICE - MDE	
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDA CONSIDERADA PARA FINS DE LIMITE (A)	6.955.978,86
TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (B)	23.285.682,41
INDICE AJUSTADO DE APLICAÇÃO NO ENSINO (Mínimo 25%) - ((A)/(B) x 100%)	29,87 %

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



Em relação ao ensino, o Controle Interno acompanhou a aplicação do Município das receitas vinculadas na sua manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme art. 212 da Constituição Federal.

APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDEB:

QUADRO 11 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM FUNDEB.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DO INDICE DO FUNDEB	
PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (A)	2.450.412,84
RECEITAS RECEBIDAS FUNDEB (B)	3.254.237,60
INDICE APURADO - (A/B x 100)%	75,30%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



Segundo o art. 37 da Lei nº 14.113/2020 as receitas e despesas com MDE foram apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

A comprovação da correta aplicação dos recursos do FUNDEB foi realizada através de demonstrativos gerenciais que ficarão permanentemente à disposição do Conselho, órgãos federais, estaduais, municipais e por meio do RREO (Art. 165, § 3º da CF, artigo 36 da Lei nº 14.113/2020).

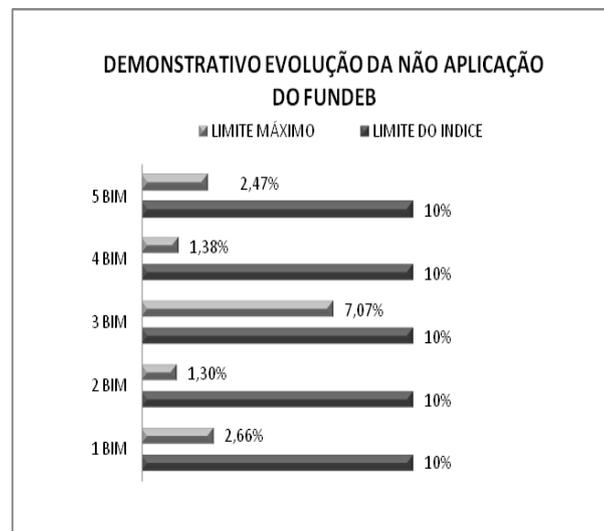
QUADRO 12 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDEB RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DA NÃO APLICAÇÃO DO FUNDEB	
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (A)	3.254.237,60
TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS (B)	3.173.731,18
VALOR MÁXIMO PERMITIDO (C) = (A*10%)	325.423,76
VALOR NÃO APLICADO (D) = (A-B)	80.506,42
INDICE APURADO - ((D*100) / A)%	2,47%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



Conforme o quadro acima se pode observar que o município cumpriu o que dispõe o § 3º do art. 25 da Lei Federal nº 14.113/2020 ficando o índice em **2,47%** estando dentro do limite Máximo de 10% da não utilização do total dos recursos do FUNDEB repassados no exercício. Sendo possível serem utilizados até os quatro primeiros meses do ano seguinte mediante abertura de crédito adicional.

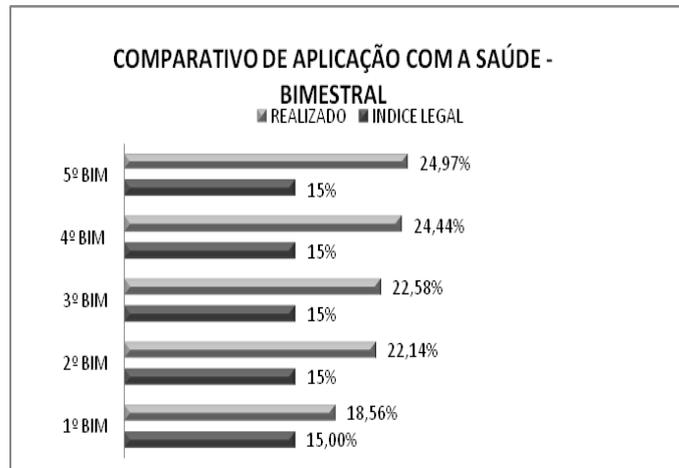
QUADRO 13 - RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE – MUNICÍPIOS 01/2023 A 10/2023	
VALOR APLICADO EM ASPS (A) -(XI) Despesas empenhadas	5.607.913,57
REC. IMPOSTOS E TRANSF. CONST. LEGAIS (B) - (III)	22.460.508,66
INDICE APURADO ((Ax100)/B) (VIII)	24,97%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde. – TCE-Pr.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



O Controle Interno apurou de forma concomitante à execução orçamentária, os gastos nas ações e serviços públicos de saúde, conforme item III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (percentual mínimo de 15%)

QUADRO 14 – DESPESAS COM PESSOAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 01/1/2022 à 10/2023						
DATA BASE	RECEITA CORRENTE LIQUIDA - AJUSTADA	DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL	% DESPENDIDO	LIMITE DE ALERTA	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
31/10/2023	32.100.177,47	18.378.496,43	57,25%	48,60%	51,30%	54,00%

Fontes de dados: Demonstrativo da Despesa com Pessoal – TCE – Pr.





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Há um acompanhamento bimestral da evolução das despesas com pessoal. Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art.18 da LC 101/00.

Verifica-se que o Poder Executivo extrapolou os percentuais da LC 101/00, art.19, III e art. 20, III em relação a Despesas com Pessoal. Estando sujeito às vedações do art. 22:

- “I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;**
- II - criação de cargo, emprego ou função;**
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;**
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.”.**

Bem como as providencias e restrições do art. 23 da referida lei.

DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

A dívida consolidada líquida é a diferença entre a dívida total (passivos financeiros) de uma entidade e seus ativos financeiros líquidos (caixa, equivalentes de caixa e outros ativos líquidos). Ela representa o valor líquido da dívida da entidade após a consideração de seus ativos disponíveis.

A DCL é um indicador importante para avaliar a sustentabilidade fiscal e a saúde financeira dos entes federativos, e sua análise é influenciada por vários aspectos das finanças públicas abordados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um índice negativo indica que a dívida consolidada líquida diminuiu, enquanto um índice positivo indicaria um aumento na dívida.

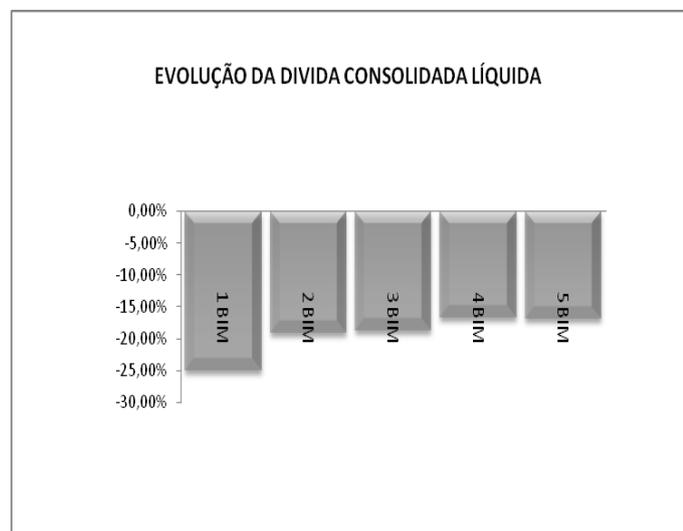


RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	- 5.478.332,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	32.551.809,47
% DA RCL	-16,83%

Fontes de dados: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – TCE – Pr.
Nota explicativa: 2
Nota explicativa: 3

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA



ANÁLISE DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

RECEITA EFETIVAMENTE REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR - RREA			
APURAÇÃO RECEITAS TRIBUTARIAS E TRANSFERÊNCIAS - art. 29-A da CF ; EC 25/00 ; EC 58/09			
ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADO	SALDO
CODIGO	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.412.229,16	2.412.229,16
1.1.1	IMPOSTO	2.211.494,19	
1.1.2	TAXAS	200.734,97	
1.1.3	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		16.608.693,70	16.608.693,70
COTA PARTE DO FPM		16.128.175,26	



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

1.7.1.1.51.1	Cota parte do FPM (Bruto)	14.763.410,62	
1.7.1.1.51.2	Cota parte do FPM - 1% Cota entregue mês 12 - EC 55/2007	757.287,86	
1.7.1.1.51.3	Cota parte do FPM - 1% Cota entregue mês 07 - EC 84/2014	607.476,78	
1.7.1.1.52.0	COTA PARTE DO ITR (Bruto)	480.518,44	
1.7.1.8.06.1	COTA PARTE DO ICMS - DESONERAÇÃO Compensação Financeira LC 87 (Bruto)	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO		8.280.684,06	8.280.684,06
1.7.2.1.50	COTA PARTE DO ICMS (Bruto)	7.283.984,87	
1.7.2.1.51	COTA PARTE DO IPVA (Bruto)	913.071,77	
1.7.2.1.52	COTA PARTE DO IPI - Fundo de Exportação (Bruto)	83.627,42	
TOTAL RECEITA - §5º art. 153 + art. 158 e 159 da CF COM DEDUÇÕES		27.301.606,92	
LIMITE DA DESPESA DA CÂMARA EM 2023		1.911.112,48	

Fontes de dados: Limite para despesa do Poder Legislativo em 2023 – TCE – Pr.

O Poder Executivo de São José da Boa Vista atendeu o disposto no art. 29 – A, da Constituição Federal e efetivou no período, repasse de R\$ 1.578.497,50 para o Legislativo, representando 5,78% do valor total ao qual o Poder Legislativo tem direito dentro do percentual de 7,00% constante no inciso I do art. 29 – A (inciso I: caso de Município com até cem mil habitantes).

Fontes de dados: Balancete de Verificação. – Mascára 3.5.1 - Sistema de contabilidade Betha.

LICITAÇÕES

Foram usados os procedimentos essenciais para a realização de licitações e a formalização de contratos administrativos, em que a Administração Pública convocou, mediante condições estabelecidas em ato próprio, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

A partir de maio de 2023 esta prefeitura passou a utilizar a Lei Federal nº 14.133/2021 para reger as suas contratações. Os processos de licitações garantiram a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes. Para alcançar este intento esta prefeitura adotou em sua maioria, o formato eletrônico para a realização dos certames.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Também se observou que algumas despesas não foram precedidas de licitação, entendendo esta controladoria que a regra para a administração pública é realizar sempre e previamente o procedimento licitatório. Embora nestes casos não se observa prejuízo ao erário e que efetivamente os produtos foram entregues, a comissão de licitação e pregoeiro foram orientados a realizar reuniões periódicas com o Secretariado Municipal a fim de orientá-los sobre tal exigência legal.

Até o período foram efetivados pela Lei Federal nº 8.666/93: 14 Dispensas, 02 Inexigibilidade, 01 Leilão, 14 Pregões e 05 Tomadas de Preço. Pela Lei Federal nº 14.133/2021 foram efetivados: 35 Dispensas, 02 Inexigibilidade e 16 Pregões.

RELATORIOS DE RREO E RGF

Os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal encontram-se em perfeita ordem nos termos da legislação e foram todos devidamente publicados nos termos do calendário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

CONSIDERAÇÕES DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

O presente relatório visa acompanhar a execução orçamentária/financeira, através de relatórios da contabilidade.

Observa-se que o montante empenhado comprometeu 110,18% do orçamento anual, índice 26,85% acima do cronograma que seria de 83,33% para período. Já as receitas ficaram em 100,11%, índice 16,78% maior que o orçado para o período. Tais índices percentuais são em relação aos valores apresentados na receita e despesa da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ao levar-se em consideração a despesa fixada + Crédito suplementar, o índice de comprometimento do orçamento vem para 82,00%.

Orienta-se que a administração tome providencias para que as despesas acompanhem o cronograma mensal.

O descompasso entre a efetivação da receita e despesa produz reflexos na execução financeira que apresenta um déficit no valor de R\$ - 2.217.192,07.

A execução orçamentária por sua vez apresenta um déficit orçamentário no valor de R\$ -638.694,57 no período.

Outro reflexo observado está no valor dos empenhos a pagar que foi de R\$ 730.938,03, representando 2,90% do total da despesa orçada para 2023.

Ao se analisar o montante dos restos a pagar levando-se em conta os departamentos, os maiores percentuais em relação ao total de empenhos a pagar até o período foram: Divisão de Saúde com 27,33%, seguidas pela Divisão da Educação com 22,46% e Divisão de Serviços Urbanos com 19,85%.

Verificando a execução da despesa pela ótica das rubricas, os maiores valores percentuais foram: Vencimentos e vantagens fixas com 42,63% do montante total da despesa executada, Outros serviços de terceiros – PJ com 23,01% e Material de consumo com 12,71%.

O art. 167-A da Constituição Federal de 1988 determina que o índice percentual da relação entre Despesas correntes e Receitas correntes de um período



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

de 12 meses não poderá ultrapassar 95%. Verifica-se, entretanto que o índice do período apresenta um valor de 100,10%, extrapolando-o.

Em relação ao art. 212 da Constituição Federal a aplicação mínima é de 25% das receitas resultantes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo que o município aplicou no bimestre 29,87%. Ficando a aplicação do município 4,87% acima do limite constitucional no período.

Conforme instrui o item XI do art. 212-A da Constituição Federal, o valor mínimo de aplicação do FUNDEB é de 70% para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. Onde o município aplicou no período 75,30%, estando 5,30% acima do índice legal.

Com relação às receitas totais do FUNDEB recebidas e não aplicadas no exercício, conforme trata o §3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/2020 é de no máximo 10%. Estando esta prefeitura com um índice de 2,47% no período. Constatando-se um retorno ao percentual não aplicado em relação aos bimestres anteriores.

O item III do art. 77º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a aplicação mínima na saúde de 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos tratados no art. 158 e 159, inciso I alínea B e §3º, aplicando o município 24,97% no período.

As Despesas com Pessoal atingiram o índice de 57,25%, extrapolando o índice legal conforme dispõe o art. 19, item III e o art. 20, item III da Lei Complementar nº 101/00 e ao art. 13 da Instrução Normativas 174/2022 do TCE-PR que define que os gastos com despesa total com pessoal do poder executivo não deverá exceder 54% da Receita Corrente Líquida – RCL. Estando sujeito a Administração as limitações do parágrafo único do art. 22 da LRF.

Conforme demonstra o relatório “Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” o percentual da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida é de -16,83%. Ao se comparar com os bimestres anteriores observa-se uma diminuição percentual, provocadas pela diminuição das disponibilidades.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Do percentual de 7% que o Legislativo tem direito das receitas elencadas no artigo 29-A, inciso I da Constituição Federal, o Executivo procedeu a transferência de 5,78% deste montante, cumprindo assim o que determina a Carta Magna.

É o que nos coube relatar. Coordenadoria do Controle Interno do Município de São José da Boa Vista.

São José da Boa Vista, 15 de dezembro de 2023.

LUCAS DE OLIVEIRA
CONTADOR DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Pr.

NELTON SHISHITO
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO
DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Pr.
CRA -18.332-Pr

- Nota explicativa: 1 O valor apresentado como Resultado Financeiro considera os saldos resultantes das execuções orçamentárias (R\$ -1.307.143,71) + as transferências ao Poder Legislativo (- 1. 262.798,00).
- Nota explicativa: 2 No 1º quadrimestre foi utilizado como fonte de informação para a geração do quadro “Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” o relatório gerado pelo sistema de contabilidade desta prefeitura. O relatório “Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do sistema de contabilidade desta prefeitura apresenta no campo “Dívida Consolidada Líquida _DCL (III) = (I-II) o valor de R\$ -6.678,971,89 e o mesmo relatório gerado pelo sistema SIM-AM do TCE-Pr apresenta o valor de



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

R\$ - 6.114.143,46 com uma diferença de R\$ 564.828,43.

Nota explicativa: 3 No presente bimestre não gerou relatório pelo sistema SIM-AM do TCE-Pr . Assim foi utilizado para a confecção deste quadro o relatório gerado pelo sistema de contabilidade desta prefeitura.